

DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NUMERO - \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional de Lisboa.

ASSINATURAS As três séries Ano 3608 Semestre													000 5
As três sér	ies			Ano	360#	Semestre	٠	•	٠	٠	٠	•	2000
A 1.ª série))	1408	»							
A 2.ª série				»	1208	n							70₿
A 3.ª série))	1205))							70₿
Para o es	tr	an	86	iro e	ultram	ar acresce o	р¢	rí	e	do	C	0 r	reio

O preço dos anúncios é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação de depósito prévio a efectuar na Imprensa Nacional de Lisboa.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Rectificações:

Ao Decreto-Lei n.º 47 850, que dá nova redacção a vários artigos do Decreto-Lei n.º 45 698, que aprova o Código das Custas Judiciais do Trabalho.

Ministério da Marinha:

Portaria n.º 22 913:

Declara afretado pelo Ministério do Exército, a partir de 9 de Outubro de 1967, para o transporte de tropas e material de guerra, o navio *Niassa*, da Companhia Nacional de Navegação, com direito ao uso de bandeira e flâmula e ao gozo das imunidades inerentes aos navios públicos.

Decreto-Lei n.º 47 949:

Altera para \$30 por quilograma de ostras exportadas a taxa fixada pelo Decreto-Lei n.º 40 786.

Ministério do Ultramar:

Portaria n.º 22 914:

Manda aplicar às províncias ultramarinas a Portaria n.º 19 521, que determina que o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos passe a designar-se «Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina».

Decreto n.º 47 950:

Permite ao Ministro do Ultramar isentar excepcionalmente do pagamento da taxa dos emolumentos gerais aduaneiros referida no Decreto n.º 47 766 a importação de mercadorias destinadas ao abastecimento das populações das províncias ultramarinas e de outras mercadorias, quando circunstâncias especiais e urgentes o justifiquem.

Portaria n.º 22 915:

Abre um crédito para reforço do crédito especial, inscrito pela Portaria n.º 22 649, em adicional à tabela de despesa do orçamento privativo da Escola Nacional de Saúde Pública e Medicina Tropical para o corrente ano, destinado a suportar os encargos com os contratos a celebrar com técnicos estrangeiros encarregados da regência de cadeiras especiais.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria-Geral

Tendo sido publicado com inexactidão no Diário do Governo n.º 193, 1.ª série, de 19 de Agosto findo, pelo Ministério das Corporações e Previdência Social, Gabinete do Ministro, o Decreto-Lei n.º 47 850, nova redacção de

várias disposições do Código das Custas Judiciais do Trabalho, determino que se façam as seguintes rectificações:

No artigo 1.°, nova redacção do artigo 18.°, onde se lê: «... no caso do n.º 4 do artigo 916.º do Código de Processo Civil, ...», deve ler-se: «... no caso do n.º 4 do artigo 917.º do Código de Processo Civil, ...».

No artigo 2.°, onde se lê: «... entram em vigor no dia 1 de Junho de 1967 », deve ler-se: «... entram em vigor no dia 1 de Outubro de 1967.».

Presidência do Conselho, 8 de Setembro de 1967. — O Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar.

MINISTÉRIO DA MARINHA

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 22 913

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, declarar que o navio *Niassa*, da Companhia Nacional de Navegação, é afretado pelo Ministério do Exército, a partir de 9 de Outubro de 1967, para transporte de tropas e material de guerra.

Enquanto o navio tiver capitão-de-bandeira só poderá ser utilizado em serviço do Estado, e não comercial. Nestas condições, tem direito ao uso de bandeira e flâmula e goza das imunidades inerentes aos navios públicos.

Ministério da Marinha, 19 de Setembro de 1967. — O Ministro da Marinha, Fernando Quintanilha Mendonça Dias.

Direcção-Geral da Marinha

Direcção das Pescarias

Decreto-Lei n.º 47 949

Considerando a necessidade de aumentar as receitas do Posto de Depuração de Ostras do Tejo, a fim de fazer face aos encargos com a manutenção de serviços de apoio à ostreicultura que têm vindo a ser criados, e prosseguir, a bem da economia nacional, os estudos e experiências para desenvolver a produção e melhoramento de ostras e outros moluscos testáceos marinhos, por se reconhecerem insuficientes as receitas provenientes da taxa criada pelo Decreto-Lei n.º 40 786, de 25 de Setembro de 1956;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. E alterada para \$30 por quilograma de ostras exportadas a taxa fixada pelo Decreto-Lei n.º 40 786, de 25 de Setembro de 1956.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Setembro de 1967. — Américo Deus Rodrigues Thomaz — António de Oliveira Salazar — António Jorge Martins da Mota Veiga — Manuel Gomes de Araújo — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — João de Matos Antunes Varela — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Joaquim da Luz Cunha — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira — José Albino Machado Vaz — Joaquim Moreira da Silva Cunha — Inocêncio Galvão Teles — Carlos Gomes da Silvá Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Francisco Pereira Neto de Carvalho.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Portaria n.º 22 914

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do n.º III da base LXXXIII da Lei Orgânica do Ultramar Português, que seja aplicada às províncias ultramarinas a Portaria n.º 19 521, de 24 de Novembro de 1962, que deu ao Instituto Superior de Estudos Ultramarinos a designação de «Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina».

Ministério do Ultramar, 19 de Setembro de 1967. — O Ministro do Ultramar, Joaquim Morcira da Silva Cunha.

Para ser publicada no Boletim Oficial de todas as províncias ultramarinas. — J. da Silva Cunha.

inspecção Superior das Alfândegas do Ultramar

Decreto n.º 47 950

Sendo conveniente, em casos excepcionais e devidamente justificados, conceder a isenção do pagamento da taxa dos emolumentos gerais aduaneiros que recai nas províncias ultramarinas sobre as mercadorias importadas; Por motivo de urgência e de harmonia com o disposto no § 1.º do artigo 150.º da Constituição Política:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Pode o Ministro do Ultramar, por despacho, isentar excepcionalmente do pagamento da taxa dos emolumentos gerais aduanciros referida no Decreto n.º 47 766, de 24 de Junho de 1967, a importação de mercadorias destinadas ao abastecimento das populações das províncias ultramarinas e de outras mercadorias, quando circunstâncias muito especiais e urgentes o justifiquem.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Setembro de 1967. — Américo Deus Rodrigues Thomaz — António de Oliveira Salazar — Joaquim Morcira da Silva Cunha.

Para ser publicado no Boletim Oficial de todas as províncias ultramarinas, excepto Macau. — J. da Silva Cunha.

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 22 915

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 5.º do Decreto--Lei n.º 28 326, de 27 de Dezembro de 1937, abrir um crédito especial da importância de 150 000\$, para reforço do crédito especial inscrito, pela Portaria n.º 22 649, de 24 de Abril de 1967, em adicional à tabela de despesa do orçamento privativo da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical para o corrente ano, destinado a suportar os encargos com os contratos a celebrar com técnicos estrangeiros encarregados da regência de cadeiras especiais, tomando como contrapartida igual importância a sair das disponibilidades existentes na verba do capítulo 2.º, artigo 2.º, n.º 1), alínea a) «Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei — Vencimentos», da referida tabela de despesa.

Ministério do Ultramar, 19 de Setembro de 1967. — Pelo Ministro do Ultramar, José Goelho de Almeida Cota, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.